CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

POLÍTICA

Caiado prevê alívio nas contas para fim do ano

1º MÊS DE GOVERNO Durante balanço, democrata repetiu queixas sobre a herança de dificuldades financeiras e preferiu não falar em ações para 100 dias

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Em balanço do primeiro mês de governo, quando repetiu as queixas sobre a herança de dificuldades financeiras, o governador Ronaldo Caiado (DEM) previu para o fim do ano um alívio nas contas do Estado. Em entrevista coletiva no 10º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, ele foi questionado sobre a partir de quando o Estado começaria a ter um fôlego no caixa: "Não é uma operação em que se possa falar que estaremos 100% desafogados, mas posso garantir tranquilamente que já no final do ano teremos removido muito dessa lama da corrupção que tentou sufocar a esperança do povo goiano".

Em um pronunciamento de mais de 50 minutos, com apresentação de slides, ele falou das primeiras medidas para economizar recursos – sem deixar claro o total dos cortes – e de ações em áreas prioritárias, como saúde, educação e segurança. No primeiro slide ele reafirmou que pegou o Estado com R$ 11 milhões em caixa e R$ 3,4 bilhões de déficit.

O POPULAR mostrou no dia 1º um balanço de janeiro marcado por problemas decorrentes das dificuldades financeiras e as apostas do governo em um socorro federal.

Perguntado sobre um plano de ação para os 100 primeiros dias, como anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) e por outras gestões estaduais, Caiado disse que prefere mostrar "resultados conclusivos". "Foi até me mostrado esse projeto (pela equipe). Mas eu preferi, pelo meu estilo, começar a fazer as coisas e ir mostrando resultados já conclusivos. É melhor do que ficar uma situação que talvez você não consiga configurar todas (as metas) em 100 dias", respondeu.

Sobre a folha do funcionalismo, Caiado disse que começará a pagar fevereiro a partir do dia 25, concluindo a quitação no mês trabalhado, e reafirmou a proposta de escalonamento com início em março para aqueles que ainda não receberam pelo mês de dezembro.

Em balanço da área de educação, o governador assinou decreto de nomeação de 435 professores – 150 tomam posse agora e outros 285 em abril – destacando que contratações de efetivos não ocorrem há 20 anos.

> *"Não que se possa falar que estaremos 100% desafogados, mas já no final do ano teremos removido muito dessa lama da corrupção que tentou sufocar a esperança do povo goiano"*
>
> **Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás**

No capítulo dos slides destinado a "promessas de campanha cumpridas", ele citou duas: a suspensão de radares móveis nas rodovias e o fim da terceira classe de policiais – cujo projeto ainda será enviado à Assembleia Legislativa, que retoma os trabalhos no dia 15.

ECONOMIA

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, que esteve presente na apresentação do balanço, afirmou que o governo voltará a discutir a possibilidade de propor uma Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, tema que provocou polêmica em 2016, quando Ana Carla Abrão foi secretária da Fazenda no governo Marconi Perillo (PSDB). "Se a Ana Carla tivesse conseguido fazer lá atrás, teria sido ótimo porque não chegaríamos aonde estamos hoje. O negócio foi crescendo", disse.

Cristiane comentou a audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, na segunda-feira, juntamente com Caiado, quando buscou apoio em ações que serão julgadas em breve, como o cumprimento de medidas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e precatórios.

A secretária afirmou que o Estado não fará mudanças por agora na emenda constitucional que exclui inativos e imposto de renda na contabilidade dos gastos com pessoal. Embora aponte a emenda como uma forma de maquiar as despesas e se adequar ao limite imposto pela LRF, o governo goiano teria de arcar com um grande peso pelo descumprimento da LRF. É que a lei estabelece dois quadrimestres para adequação.

"Se fizermos agora, vamos incorrer em problema que não causamos. Precisamos primeiro nos ajustar, conseguir jogar a folha para baixo, para depois mudar. A pergunta é o que fazer? A gente pega uma situação ruim e falsa, que não é tida como falsa porque tem uma emenda que diz que legalmente pode acontecer", afirma. "Fomos ao Supremo para mostrar a situação calamitosa dos Estados. Mostrar que estamos muito preocupados em não violar a lei e fazer o trabalho correto. E pedindo para que, em qualquer julgamento, levem em conta essas dificuldades."

VAPT VUPT

Anunciada na coletiva, a reestruturação das unidades do Vapt Vupt gerou polêmica mesmo sem o detalhamento da decisão. O governador falou em economia anual estimada de R$ 51,7 milhões "com exoneração de servidores ociosos e fechamento de unidades pouco utilizadas pela população". No entanto, as medidas não foram explicadas e o secretário de Gestão e Planejamento, Pedro Sales, afirma que ainda não houve o fechamento da proposta.

A reportagem apurou que 10% das unidades – hoje são 80 – podem ser fechadas ou ser alvo de remanejamentos. A redução ocorreria com base na atual demanda ou no alto gasto com manutenção, especialmente aluguel. Duas unidades em Goiânia podem ser fechadas: da República do Líbano, que fica em prédio alugado que será devolvido pelo Estado, e da Assembleia Legislativa de Goiás, que teria poucos atendimentos diários.

Caiado afirmou ainda que pretende reduzir gastos com aluguel das unidades que serão mantidas. Ele disse que alguns prefeitos já ofereceram bancar a locação de imóveis. Também está em estudo a padronização dos contratos para manutenção das unidades e dos salários de servidores.

Nos bastidores, governistas afirmam que grande parte dos contratos de aluguel é com parentes, amigos e aliados da gestão anterior. As indicações políticas nas nomeações também serão revistas. A Seplan descarta, por enquanto, a terceirização das gestão, como pretendia o governo anterior.

Dionísio Gomes



Ao lado do vice Lincoln Tejota e da mulher, Gracinha, Ronaldo Caiado fez balanço do primeiro mês de gestão

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Goiás na Frente

O secretário Ernesto Roller (Segov) se reúne hoje com AGM, FGM e representantes dos tribunais de contas para tratar de uma possível solução para o programa do governo anterior.

DIÁRIO DA MANHÃ 06/02

Conselheiro do TCE teme que fim do Goiás na Frente cause danos ao erário

Em reunião, segunda-feira, com os integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o conselheiro Sebastião Tejota manifestou preocupação com as consequências da interrupção do Programa Goiás na Frente e citou como exemplo prejuízos aos cofres públicos. Ele disse já ter expedido alerta para a Secretaria de Governo com vistas a providenciar um levantamento criterioso da situação das obras iniciadas em convênio com os municípios e que se encontram paralisadas, ante o risco de danos ao erário. Tejota disse ter recebido em seu gabinete um grande número de prefeitos e presidentes de câmaras municipais aflitos com anúncio, por parte do Executivo Estadual, do fim do programa e o consequente corte no repasse de verbas, o que, se concretizar, ocasionará a paralisação das obras, prejuízos aos cofres e a privação de serviços à comunidade. "Nossa orientação aos gestores municipais foi no sentido de que prestem contas das parcelas recebidas e que procurem a Secretaria de Governo para se informarem sobre o futuro do programa. A prestação de contas deve ser feita para atender obrigação legal e evitar que, futuramente, os prefeitos venham a ser responsabilizados", explicou. Outro assunto levantado por Tejota foi o uso cada vez mais frequente das rodovias goianas por carretas bi trem e outros veículos de carga, em alternativa às más condições da BR 153, que " deve exigir atenção especial da Agetop, com ações tempestivas de manutenção para evitar prejuízos bilionários em caso de degradação dos pisos, pontes e viadutos.





XADREZ

xadrez@ohoje.com.br
RUBENS **SALOMÃO**

Flexibilização

Diante do cancelamento do Goiás na Frente, que em teoria previa investimentos das cidades, o prefeito de Vianópolis, Issy Quinan (PP), pede que a Assembleia Legislativa "rediscuta percentuais a serem aplicados em cada setor da administração".